
LÉLIA GONZALEZ E O FEMINISMO DECOLONIAL COMO LENTE DE ANÁLISE¹

LÉLIA GONZALEZ AND THE DECOLONIAL FEMINISM AS AN ANALYSIS LENS

LÉLIA GONZALEZ Y EL FEMINISMO DECOLONIAL COMO LENTE DE ANÁLISIS

Tamires Costa²

Resumo

O presente trabalho tem como propósito a análise da obra de Lélia Gonzalez, pensadora negra brasileira, que formulou uma nova reflexão a partir das imbricações de gênero, classe e raça e sua interligação com a estrutura colonial. Fundamentado, então, na produção de Lélia Gonzalez, e entendendo que a mesma faz parte do pensamento decolonial, debateremos como a partir dessa nova lente de análise a autora entende o Brasil, e a importância da produção de um exame da realidade produzida no sul global, ressaltando a experiência de um conhecimento formulado a partir da experiência de um país colonizado. Firmado então nesta epistemologia, este trabalho busca debater a questão do feminismo na obra de González, em particular sua ligação com o racismo e as relações de classe, a exposição que a autora propõe de um feminismo afro-latino-americano também será averiguado; assim como em contrapartida, as limitações da visão de gênero presente na teoria feminista europeia, e portanto, branca e hegemônica. Tendo em mente que a produção de Lélia Gonzalez é múltipla, argumentamos que a pensadora e seu debate a partir do gênero é imprescindível para entender o Brasil.

Palavras-Chave: Pensamento social brasileiro; feminismo; Lélia Gonzalez

Abstract

The present work aims to analyze the work of Lélia Gonzalez, a Brazilian black thinker, who formulated a new reflection based on the imbrications of gender, class and race and their interconnection with the colonial structure. Based, then, on the production of Lélia Gonzalez, and understanding that it is part of decolonial thinking, we will discuss how, from this new lens of analysis, the author understands Brazil, and the importance

¹ Artigo submetido para o VI Seminário Discente do PPGS UFMG, e apresentado no GT 20 - Pensamento Social no Brasil. Agradeço as contribuições de: Kaio Felipe (IESP-UERJ), Mateus Lôbo (PPGSOL/UnB), Jéssica Aguiar (PPGHCS/FIOCRUZ) e de todos os presentes na apresentação do trabalho, além dos responsáveis pela organização do evento.

² Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC) e aluna da Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Contato: thamiresclima@gmail.com. Vinculada ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC), lepem@ufc.br.

of producing an examination of reality in the global south, emphasizing the experience of knowledge formulated from the experience of a colonized country. Firmed then in this epistemology, this work seeks to debate the issue of feminism in the work of Gonzalez, in particular its connection with racism and class relations, the exposition that the author proposes of an Afro-Latin American feminism will also be investigated; as well as on the other hand, the limitations of the gender vision present in the European feminist theory, and therefore, white and hegemonic. Bearing in mind that Lélia Gonzalez's production is multiple, we argue that the thinker and her debate based on gender is essential to understand Brazil.

Keywords: brazilian social thought; feminism; Lélia Gonzalez.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la obra de Lélia González, una pensadora negra brasileña, quien formuló una nueva reflexión basada en las imbricaciones de género, clase y raza y su interconexión con una estructura colonial. Con base, entonces, en la producción de Lélia González, y entendiendo que es parte del pensamiento descolonial, discutiremos cómo, desde esta nueva lente de análisis, la autora entiende Brasil, y la importancia de producir un examen de la realidad en el mundo global. sur, enfatizando la experiencia de conocimientos formulados a partir de la experiencia de un país colonizado. Firmado entonces en esta epistemología, este trabajo busca debatir el tema del feminismo en la obra de González, en particular su conexión con el racismo y las relaciones de clase, también se indagará el planteamiento que propone la autora de un feminismo afrolatinoamericano; así como, por otro lado, las limitaciones de la visión de género presente en la teoría feminista europea, y por tanto, blanca y hegemónica. Teniendo en cuenta que la producción de Lélia González es múltiple, sostenemos que la pensadora y su debate de género es fundamental para entender Brasil.

Palabras Clave: Pensamiento social brasileño; feminismo; Lélia Gonzalez.

INTRODUÇÃO

Analisar a obra de Lélia Gonzalez não é um trabalho simples, visto que é múltipla, e escancara as diversas desigualdades e o processo de hierarquização da sociedade brasileira. A partir da construção colonial, Lélia Gonzalez mostra os seus resquícios no corpo social do nosso país a partir de três dimensões: a raça, o gênero e a classe. É a partir desse olhar e o repensar da sociedade brasileira, principalmente da análise crítica da realidade, que a autora propõe pensar uma *América Ladina*, e uma nova epistemologia: pensar o Sul global a partir do Sul global, em um processo de decolonizar os olhares.

Lélia Gonzalez, apresenta novas possibilidades de descortinar o Brasil e entendê-lo com um olhar proveniente do próprio país, inserido em sua história, em um processo no qual ajuda não só a pensar a realidade, mas construir novas

possibilidades de entendimento e ação que promovam a transformação e a superação das desigualdades.

Tolentino (2019) chama atenção para a potencialidade de Gonzalez, e como a autora põem em cheque “[...] as estruturas branco-hétero-patriarcais do cânone filosófico” (p. 74) ao propor esses novos olhares. O que nos leva a contribuição de Dias, Souza e Henning (2021) que exalta o papel da nova epistemologia de Lélia e que sua investigação serve para ultrapassar os resquícios impostos pela colonialidade ao chamar atenção que:

Ao mesmo tempo, para repensar e construir outras narrativas sobre a história das experiências das pessoas negras no Brasil - para além meramente do sofrimento - abre-se espaço também para serem postas em relevo manifestações de criatividade e libertação, o que está também muito presente na abordagem de outras intelectuais negras raízes brasileiras. (GONZALEZ, 2021, p.95)

O trabalho de Lélia Gonzalez, então, se mostra extremamente importante. A pensadora cria uma perspectiva epistemológica e novos olhares para entender a história brasileira e as hierarquias que até hoje são vigentes na nossa sociedade, em um processo no qual dar nome a essas imbricações nos leva a encarar essas hierarquias e assim acabar com sistema de denegação, que a mesma afirma ocorrer com o racismo.

É importante, entretanto, salientar que Lélia Gonzalez, muitas vezes, não é reivindicada como pensadora e intelectual exatamente por quebrar os cânones citados por Tolentino (2019), por ser uma militante ativa em movimentos negros e feministas. Lélia Gonzalez coloca a experiência como um grande ponto da sua obra e sua atuação para além de intelectual também foi prática, como mostra a fundação do Nzinga, o Coletivo de Mulheres Negras e sua articulação político partidária pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) no qual Lélia Gonzalez se filiou e Partidos dos Trabalhadores (PT), partido no qual Gonzalez participou da fundação, além da sua atuação significativa na Assembleia Nacional Constituinte, particularmente na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, porém, sugerimos aqui que essa prática de maneira nenhuma enfraquece a obra intelectual de Lélia, pelo contrário, tal atuação faz parte do seu pensamento e o enriquece.

Com base na obra de Gonzalez que iremos discutir neste trabalho, alguns pontos que entendemos como cruciais na sua contribuição intelectual são: o que ela

denomina de tripla discriminação a partir da tríade de raça, gênero e classe; o processo colonial brasileiro; a sua contribuição para uma nova epistemologia e a necessidade de entender o feminismo como afro-latino-americano a partir dos pontos trabalhados.

RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Nas décadas de 80 e 90, o termo interseccionalidade surge como método de análise e tem como fonte primária o trabalho da feminista negra Kimberlé Crenshaw, que afirma que há "[...] uma consequência problemática da tendência de tratar raça e gênero como categorias mutuamente exclusiva de experiência e análise" (CRENSHAW, 1989, p.139)³. Escrevendo anos antes de Crenshaw, o texto "A categoria político-cultural de amefricanidade" é de 1988, assim como "Por um feminismo afro-latino-americano", enquanto textos como "A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica" e "Racismo e sexismo na cultura brasileira" são, respectivamente, do ano de 1982 e 1983, indicando que entender as categorias de raça, gênero e classe como não excludentes, mas como imbricadas, está presente na obra de Lélia.

Dias, Souza e Henning também chamam a atenção para o entendimento de que as desigualdades se sobrepõem pois "[...] a constituição de desigualdades não pode ser compartimentalizada e se resumir a um debate meramente de gênero, meramente da classe ou somente sobre raça. O entrelaçamento de diferenças e de desigualdades exige reflexões sobre os excedentes que escapam à análise [...]" (DIAS, SOUZA e HENNING, 2020, p.91).

Na obra de Lélia fica inquestionável que não é possível pensar nas categorias de formas exclusivas, evidenciando que esses processos são múltiplos ao deixar claro na seguinte passagem:

"Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão." (GONZALEZ, 2020, p.58)

³ Tradução nossa "a problematic consequence of the tendency to treat race and gender as mutually exclusive categories of experience and analysis"

A tripla discriminação vai aparecer como norte na obra de Gonzalez, seja ao falar da divisão sexual do trabalho, da divisão racial do espaço e sua organização, das violências e das exclusões. Para a autora, não faz sentido desarticular as discriminações, tendo em vista que elas agem concomitantemente sobre o corpo da mulher negra.

É também seguindo essa visão, da tripla discriminação, que Lélia Gonzalez critica como as mulheres negras foram sistematicamente excluídas do movimento feminista brasileiro hegemônico, já que a maioria das obras:

[...] apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias usadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial [...]. (GONZALEZ, 2020, p.60-61)

Sendo assim, Lélia deixa claro que precisamos pensar o Brasil, sua criação e seus projetos de nação por essa lente triádica, pois é ela que nos dá o enfoque mais claro dos processos de desigualdades recorrentes. A autora deixa isso bem claro ao trazer dados de disparidades de renda, educação e função de trabalho de mulheres brancas e negras, para especificar que no momento da sua escrita, de fato, as mulheres estavam ocupando cada vez mais postos de trabalho, mas qual trabalho? Qual função? Com qual salário? Era evidente, então, diante dos dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Censo⁴, que as mulheres negras se encontravam em situações de trabalhos pauperizados, um resquício dos tempos coloniais que vai ser mais exposto no decorrer deste trabalho. Barreto (2005) deixa claro que o uso dos dados qualitativos foi um traço que Lélia Gonzalez herdou dos movimentos sociais, principalmente derivado da sua militância ativa do movimento negro, e é esse uso de dados que enriquece o seu trabalho e ajuda a expor a realidade brasileira das desigualdades.

Tolentino (2019), chama atenção para a importância de criar um pensamento não universal, ou seja, uma epistemologia localizada que detenha um significado e que não seja possível uma abstração de seu sentido, e que o empenho de Lélia para reconhecer essa tríade de categorias promove um esforço significativo já que "[...] a superposição e o entrelaçamento dessas três categorias – gênero, raça e classes sociais -, é o meio através do qual acentuam-se as opressões e se intensificam os

⁴ Lélia Gonzalez usa dados da PNAD de 1982 no seu texto “Mulher Negras” e usa dados do Censo de 1950 no seu texto “A Mulher Negra na sociedade brasileira”.

processos de marginalização e exclusão de determinados corpos.” (LORDE, 2019, p.80).

No seu texto “Mulher Negra”, publicado em 1984, especialmente no apêndice que a mesma intitula como carta denúncia, Lélia Gonzalez argumenta que “numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p.109), exatamente entrando em contato com a análise de Tolentino.

Já em seu texto “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”, Lélia Gonzalez argumenta que é necessário o entendimento dessas discriminações e lógicas de subordinações, ao afirmar que “[...]esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vividas[...]” (GONZALEZ, 2020, p.270)

Desarticular as noções de gênero, classe e raça seria, assim, buscar o entendimento de apenas um aspecto de uma realidade mais ampla, mais complexa, e, portanto, não daria conta de uma compreensão completa das hierarquizações sociais e das desigualdades presentes ao longo da história brasileira, que tem seu cerne no processo colonial e de formação do que é Brasil. Porém, há ainda um outro processo, o da transformação social, que não seria empreendida se não houvesse a superação “do modelo ariano de explicação” (GONZALEZ, 2020, p.267) que a autora chama atenção de ser sustentado pelo racismo.

Entender o Brasil é entender as suas estruturas de maneira conjunta, as mulheres negras não sofre apenas pelo racismo, pelo machismo, ou pela negação ao acesso a determinadas posições de trabalho que levariam a uma melhoria de classe de forma única, mas todas essas estruturas se articulam e viabilizam as desigualdades de forma que promover uma transformação social seria necessária numa frente que entenda essa forma triádica. Ousamos dizer que, a partir do pensamento desenvolvido por Lélia Gonzalez, o projeto colonialista instituído no Brasil ainda sustenta essas estruturas desiguais ao negar outras formas de vida se não a branca europeia.

OS RESQUÍCIOS DA COLONIALIDADE

Em toda sua obra, Lélia é extremamente crítica a uma visão presente na literatura, de que, de alguma forma, a escravidão brasileira foi de alguma maneira menos violenta, ou até mesmo, que a partir dos processos de miscigenação ao longo da história houve o fim do racismo na sociedade brasileira, assim como se mostrava extremamente contrária a qualquer romantização das violências sexuais acontecidas dentro do período colonial.

Gonzalez questiona e critica o que ela chama de “história oficial” e o “discurso pedagógico” (GONZALEZ, 2020, p.50) que durante anos a fio foi usado para promover a ideia de democracia racial e de uma possível servidão aceita pelos negros, que dá a entender uma possível solução pacífica e sem violência sobre a questão racial, ao apagar a história de crueldade e abusos cometidos durante o período colonial. Sobre o assunto, a autora argumenta: que o processo de miscigenação foi um sustentáculo do mito da democracia racial e a inexistência do racismo no Brasil.

Segundo Barreto (2005), a contribuição da autora “[...] para o pensamento social brasileiro acerca das relações raciais foi a desconstrução de um dos alicerces do discurso da democracia racial” (p.37), ou seja, Lélia Gonzalez coloca em entendimentos como o de Gilberto Freyre e sobre a harmonia social, e pensadores como Caio Prado Jr., a qual critica veementemente, e a noção de amor da senzala ou de qualquer compreensão de que não existiram processos violentos nas relações sexuais entre mulheres negras escravas e homens brancos que detinham o poder.

Em relação a miscigenação e a possibilidade da democracia racial no Brasil, Lélia Gonzalez argumenta que:

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os ‘casamentos inter-raciais’ nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante [...] E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial (GONZALEZ, 2021a, p.50)

Portanto, afirmando que o entendimento da harmonia é uma representação do negro “acomodado, que passivamente aceitou a escravidão” (GONZALEZ, 2020, p.54), falácia que a mesma desmonta ao entender o papel crucial da mulher negra não só relativo ao cuidado dos seus companheiros e filhos, mas como imprescindível para as revoltas e fugas (GONZALEZ, 2020, p.53).

O papel da mulher negra para o cuidado também é citado por Lélia, tanto pelas escravas do eito⁵ e mucamas, e é um trabalho que até hoje é atrelado a mulher negra se desbravar a divisão sexual do trabalho. De acordo com Biroli: “Essa alocação desigual não é aleatória, mas atende a padrões que têm correspondência com as hierarquias de gênero, raça e classe social. Entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras/os e mais indivíduos das camadas mais pobres da população.” (BIROLI, 2020, p.81), e que podemos entender como um resquício colonial fortíssimo.

É importante entendermos o processo da divisão sexual do trabalho, pois há custos diferenciados para aqueles que exercem essas funções do cuidado para as diferentes idades. Esses custos também se refletem em onde essas pessoas não podem estar, e espaços que elas não ocupam, como, por exemplo, a taxa de mulheres negras que adentram a política institucionalizada no nível federal, e as suas implicações no sentido da democracia, nesse sentido Lélia Gonzalez versa sobre uma divisão racial e sexual do trabalho ao afirmar que:

E, em termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico. Ora, na medida que existe uma divisão racial do sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho. (GONZALEZ, 2020, p.56)

É dentro dessa lógica que Lélia Gonzalez deixa claro que há um processo de discriminação que é vinculado há um processo de hierarquização das funções. A autora deixa claro que as mulheres negras, pelo desenvolvimento colonial, se encontram muitas vezes na figura da “mãe preta” responsável pelo cuidado, ou seja, pelo papel da trabalhadora doméstica, e a autora afirma que “Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares” (GONZALEZ, 2020, p.58).

A autora também se desdobra para o processo de sexualização da mulher, principalmente a questão da mulata como função, e como produto de exportação ao chamar atenção sobre os desdobramentos desse processo. Gonzalez afirma que a exploração sexual da mulher negra impõe um “[...] processo extremo de alienação imposto pelo sistema” (GONZALEZ, 2020, p.59) que questiona a dignidade da mulher negra, ressaltando que a “[...] superexploração econômico-sexual de que falamos

⁵ Eito - é uma palavra que designa a roça onde trabalhavam os escravos africanos, e usada no texto “A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica” de Lélia Gonzalez

acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p.60)

Ao trazer esse novo olhar, de quebrar com as categorias imaginárias de uma democracia racial e o ‘mito das três raças’ usadas para a fundação do país, que Lélia ampara sua compreensão de colonialismo. Para além de uma questão puramente econômica ou um processo histórico-cultural sem conflitos, Lélia entende o colonialismo como um processo que constrói imagens e molda a percepção dos indivíduos, até mesmo seu inconsciente e seus desejos - desejo aqui empregado como conceito da psicanálise, ou seja, o racismo colonial se apresenta como uma construção ideológica.

A autora afirma que em todo processo de uma construção da nacionalidade brasileira, pensando aqui como um projeto de Estado, a população negra não foi incorporada, na verdade nunca foi nem pensada como igual. Ao citar José Bonifácio como exemplo desse esforço de não inserir a população negra, a autora argumenta que “seu ideal de nação pátria partia da perspectiva de uma nação homogênea, e a heterogeneidade, a diferença que estava tão presente, para ele era justamente o negro, a presença negra.” (GONZALEZ, 2020, p.310).

O racismo, que Lélia Gonzalez classifica como por omissão, seria uma tônica da sociedade brasileira e do projeto de nação. Não pensar o racismo no Brasil, segundo ela, seria parte da lógica branqueadora e da lógica colonizadora, pois “[...]quer nos fazer crer que nós somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico” (GONZALEZ, 2020, p.221). A então hierarquização social brasileira e a negação de projetos políticos que questionem o racismo promovem um racismo específico: aquele que é negado a sua existência, um racismo disfarçado.

É esse processo de denegação: a negação de um racismo que segundo Lélia é presente até na infância e que pela estrutura leva o negro para a força de trabalho e que faz com que as mulheres negras sejam o grupo mais explorado da sociedade (p.160), que há a necessidade de se pensar uma *América Ladina* e um processo de resgates das culturas negra e ameríndias, questionando à continuação do pensar racional do projeto colonial.

Lélia Gonzalez, produz um esforço consciente de criar uma nova lente de análise e esse processo é confirmado a partir do pensar a *América Ladina*:

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, de ordem do inconsciente, não vem a ser o que em geral se afirma: um país cujas

formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina* (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo seu sintoma por excelência) (GONZALEZ, 2020, p.354)

Pensar a partir dessa categoria seria superar a colonialidade, não no sentido de esquecer-la ou negá-la, mas de pautar novas formas de pensar, uma nova epistemologia e novas categorias como totalmente brasileiras a partir de uma *afrolatinidade* que entende a participação da população negra e ameríndia que são sistematicamente inferiorizadas por pensamentos brancos.

POR UM FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO

Assim, é entendendo que precisamos superar os resquícios dos poderes instaurados no período colonial, que vamos destacar a importância da fala de Lélia Gonzalez sobre um feminismo afro-latino-americano. Brevemente, ao resgatar a história do feminismo hegemônico, podemos ver que seus cânones também estão instaurados em imagens brancas e pensamentos europeus, como por exemplo, as Sufragistas e o movimento de mulheres estadunidenses que lutavam pela sua libertação, mas não apoiavam a libertação do povo negro ou pelas pautas reivindicando os direitos ao trabalho feminino, porém, sem especificas as condições das mulheres negras que já trabalhavam e eram pauperizadas.

Sueli Carneiro destaca que:

A origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social. (CARNEIRO, 2003, p.331)

Sendo assim, Sueli Carneiro indica não a impropriedade das reivindicações das mulheres dentro do feminismo, mas apontando suas limitações para pensar dentro da categoria mulheres aquelas que não fazem parte do seu imaginário branco e ocidental.

Quando nos reportamos às *amefricanas* da chamada América Latina, e do Brasil em particular, nossa percepção descobre uma grande resistência ao feminismo. É como se ele fosse algo muito estranho para elas. Herdeiras de uma outra cultura ancestral, cuja dinâmica histórica revela a *diferença* pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de *mulheridade* do que de *feminidade*, de *mulherismo* do que *feminismo*. Sem

contar que sabem mais de *solidariedade* do que *competição*, de coletivismo do que de individualismo (GONZALEZ, 2020, p.269) ⁶

É ao recorrer ao *mulherismo*⁷ de Alice Walker que Gonzalez consegue explicitar a disposição única da mulher negra dentro das questões de gênero e lança a mão do entendimento de Simone de Beauvoir sobre gênero ser uma construção, e se tornar mulher, ou seja, ser mulher não é apenas uma construção biológica, mas uma posição e papel perante a sociedade. Mas podemos lembrar também o discurso proferido por Sojourner Truth na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, onde Truth questiona a categoria de mulher e como ela, na verdade como as mulheres negras, não se encaixavam, ou melhor, não eram reconhecidas como mulheres perante a categoria instaurada.

É por isso, então, que existe uma importância substancial em pensar outros feminismos, de pensar um feminismo que compreenda “[...] o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região [...]” (GONZALEZ, 2020, p.142). Postular um feminismo afro-latino-americano é demandar por um feminismo que entenda a tríade já averiguada neste trabalho, assim como entender o processo de colonização como central para criação das diversas realidades vividas, e a partir daí promover uma transformação.

Segundo Cardoso, o debate do feminismo afro-latino-americano e o debate sobre uma *amefricanidade*

[...] se insere na perspectiva pós-colonial, surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. A partir das resistências, como mecanismos estratégicos de visibilidade da história desses grupos, tem por objetivo pensar 'desde dentro' as culturas indígenas e africanas e, assim, afastar-se cada vez mais de interpretações centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu. (CARDOSO, 2014. p. 969-970)

Reforçando nosso entendimento de que essa compreensão procura superar o pensamento cânone, ou seja, questionar o que é proposto e colocado muitas vezes como um entendimento universal, nos retorna ao resgate dos papéis das mulheres negras como potência dentro da história. Falar de *amefricanidade* é, assim, um projeto de retorno e de reconhecimento dos grupos que foram estruturalmente excluídos de

⁶ Grifos de Lélia Gonzalez; mantidos para o destaque das categorias em oposição

⁷ O *Mulherismo Africana* é uma teoria social que argumenta sobre a criação de novos critérios, conceitos e pensamentos para além da vivência ocidental liberal branca.

um processo político de criação da nação. Formular um novo pensamento, como Cardoso aponta 'desde dentro', se torna ponto focal de pensar realidades e pensar novas vivências.

Gonzalez afirma então que:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade ("Amefricanity"), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular). Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (2019, p.362)

A partir disto, de um novo entendimento de América, podemos pensar em processos mais democráticos, que compreendam o processo histórico específico da colonialidade e seus resquícios. O esforço de refletir a amefricanidade, e um feminismo afro-latino-americano, ou seja, um feminismo decolonial como um novo olhar, se faz necessário para ponderar além das categorias estabelecidas. Usar o feminismo decolonial como lente de análise nos traz a riqueza da análise triádica e a possibilidade de entender a realidade de forma mais completa e os processos heterogêneos e múltiplos são levados em conta de uma maneira que todos são encarados como importantes, já que infligem o corpo da mesma forma.

Entender América como sistema etnográfico (GONZALEZ, 2019, p.363), e entender o racismo como sistema de hierarquia e o gênero como edificadores de hierarquizações, portanto, determinante de 'lugares', faz com que o feminismo decolonial questione esses espaços que muitas vezes são naturalizados, como no processo histórico brasileiro. Interpelar as criações sociais, e seus processos determinantes é essencial para o feminismo afro-latino-americano, e sua importância se mostra na perspectiva de pautar uma teoria crítica que nos lembra que esses processos determinantes são, na verdade, uma criação humana, e que podemos moldá-la para fabricar sociedades mais democráticas e igualitárias.

UMA INTELLECTUAL A SER CELEBRADA

É a partir deste tensionamento de denúncias das desigualdades e das possibilidades de transformação da sociedade que Lélia Gonzalez pode ser entendida

e empregada para entender o Brasil, sua história e possibilidades de uma sociedade que supere as desigualdades.

Sendo assim a obra de Lélia Gonzalez nos mostra os vestígios da colonização na sociedade brasileira, porém, a autora faz isso de uma maneira ampla entendendo não apenas a raça como categoria de análise, mas também a vinculação de outras posições hierárquicas como o gênero e a classe. Vale ressaltar também que Gonzalez rompe com diversos entendimentos presentes até então, como já posto, a autora questiona o entendimento de democracia racial e a ideia de aceitação da submissão por negros, colocando como destaque a posição da mulher negra e questionando como autores expõem o papel delas na sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez subverte diversas noções apontadas por autores clássicos brasileiros. A obra da autora apresenta, desde da insubordinação e desobediência, novas concepções e interpretações a partir de uma quebra a partir de uma efervescência intelectual, que coloca as desigualdades no cerne sem, de forma alguma, entendê-las como natural ou admissíveis.

É então, perante o que já foi postado nesse artigo, que a importância de se pensar o Brasil através de Lélia Gonzalez. Este texto não busca esgotar ou apresentar a totalidade do rico trabalho da autora, ainda assim, é necessário resgatar Lélia Gonzalez como aporte teórico e metodológico do pensamento social brasileiro, diante da sua complexidade e do seu entendimento das hierarquizações de raça, classe e gênero.

Lélia, como Dias, Souza e Henning (2021) discorrem, é uma mulher raiz. E sua teoria deve ser tida como uma das que fortalece o pensamento social brasileiro, a sua insurgência nos leva a um olhar questionador e crítico, e que, como já abordado, entra em choque com as imagens europeias. Expomos aqui que, para entender o Brasil, é necessário entendê-lo pela tríade de Gonzalez, de modo que essa análise é mais completa, mais rica e descortina teorias que se propõem a entender um Brasil sem se aprofundar na sua totalidade, ou ainda, recair em processos racistas e machistas ao explicar a colonialidade.

Ao pensar a amefricanidade, estamos pensando uma concepção nova relacionada ao gênero, ou seja, pensar o gênero através de categorias produzidas e entendidas a partir de novas imagens e podemos, assim, entendê-lo para além das

suas limitações, incluindo as vivências de mais mulheres, as negras e amefricanas, de modo que a realidade vivida e as exclusões sejam debatidas em sua completude.

A possibilidade de entender a amefricanidade e a obra de Lélia Gonzalez só é possível ao refletirmos sobre quem foi Lélia Gonzalez: uma mulher negra que ao vivenciar o racismo, se articulou politicamente; aqui não apenas como articulação dentro de um partido, mas em movimentos sociais que refletiam ativamente sobre a realidade de negros, de mulheres e dos processos de classe, buscando uma modificação das estruturas vigentes.

Há um debate clássico sobre o papel dos intelectuais, passando por Sartre, Merleau-Ponty, Bourdieu e Gramsci como apontam Chauí (2006) e Machado (2015). Machado (2015) por exemplo explana as possibilidades de entender o conceito de intelectual engajado, do autor Gramsci, como: “A diferença que caracteriza um/a intelectual orgânico/a em termos de sua função é a organização do grupo social a que se vincula, e não meramente o exercício de atividades intelectuais” (p.214) e ainda chama atenção a transformação que os intelectuais podem promover a partir de novas possibilidades de entender o mundo.

A partir dessa reflexão, podemos, apesar de diversas outras concepções, entender Lélia Gonzalez como uma intelectual não apenas da sua época, mas que se mantém, através de seus escritos e entendimentos, relevantes até os dias de hoje para o pensamento social brasileiro. E para além disso, Lélia Gonzalez também nos oferece ferramentas para um pensamento emancipatório que busca trazer imagens, conceitos e ideais para a superação de uma intelectualidade vinculada aos ideais e imagens coloniais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça:** narrativas de libertação em angela davis e lélia gonzale. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2014000300015>.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University Of Chicago Legal Forum**. Chicago, p. 139-167. 1989.

DIAS, SOUZA, HENNING, Luciana de Oliveira; Cristiane Santos; Carlos Eduardo. ORÍ E CABAÇA SÃO FEMININAS: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 25, p. 88-105, 10; 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

TOLENTINO, Joana. Lélia Gonzalez: uma filósofa brasileira abalando as estruturas. **Em Construção**, [S.L.], v. -, n. 5, p. 73-83, 7 jun. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40848>.

* Artigo recebido em 30 de agosto de 2021,
aprovado em 12 de novembro de 2021.